

Autonomia do BC é um projeto até agora genérico e de médio prazo

De Brasília

O projeto de autonomia operacional para o Banco Central, defendido pelo atual governo como uma das medidas que contribuirão para consolidar a estabilidade econômica, terá que esperar pela aprovação das reformas tributária e da Previdência. Só depois de vencida esta etapa é que será enviado ao Congresso projeto de lei complementar propondo fixação de mandatos para dirigentes do BC. Resistências dentro da base parlamentar do governo prometem atrapalhar os planos do Ministério da Fazenda, tornando o processo ainda mais demorado.

O líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), informa que, embora julgue o tema importante, o Executivo não quer discutir o assunto enquanto são debatidas as duas reformas que priorizou. "Não há prazo" para apresentação do projeto, diz. Mesmo entre a equipe do ministro da Fazenda, Antônio Palocci — voz do governo que mais tem defendido a autonomia operacional para o BC —, "a discussão está um pouco parada", diz Marcos Lisboa, secretário de Política Econômica do ministério. "O foco, agora, são as reformas da Previdência e tributária", afirma.

No documento "Política Econômica e Reformas Estruturais", divulgado recentemente, Palocci e Lisboa referem-se à autonomia do BC como um dos projetos que "trarão reflexos positivos para o funcionamento da economia, acelerando o ritmo de crescimento" econômico. Na carta de intenções que enviou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no final de fevereiro, o ministro também sinaliza que vai brigar pela "desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do BC". Mas, até para não comprometer seus planos, o Ministério da Fazenda

endossa a posição de "não sobre-carregar" a pauta do Congresso.

A idéia de dar mandatos fixos aos seus dirigentes não é, de modo algum, para assegurar ao Banco Central independência em relação à política econômica do governo, explica Lisboa. Ao contrário, o BC teria obrigação de cumprir, naquilo que lhe cabe, que é a política monetária, a política econômica ditada pelo governo. O não cumprimento de metas impostas pelo governo sujeitaria os dirigentes a punições que iriam até a perda de mandato. "Independência, como a que tem o Fed (banco central norte-americano), é uma coisa. A autonomia operacional que defendemos é outra, muito diferente", diz Marcos Lisboa.

Pela proposta do governo, os mandatos garantiriam ao BC autonomia para executar a política monetária de forma a atender diretrizes que seriam fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O CMN é presidido pela Fazenda e dele também participam o Ministério do Planejamento e o próprio BC. Hoje, as diretrizes do CMN para o BC são estabelecidas na forma de metas para a inflação. Mas, segundo Marcos Lisboa, até para não ficar ultrapassado no futuro, o projeto deverá ter um texto genérico, falando apenas em diretrizes, sem citar o atual sistema de metas. "Política monetária é como remédio. O melhor tratamento vai mudando com a descoberta de novas drogas", compara.

Antes do sistema de metas de inflação, explica ele, muitos países, entre eles o Brasil, usavam como parâmetro para atuação de seus bancos centrais metas para o comportamento dos agregados monetários (indicadores sobre o volume de dinheiro em circulação na economia e aplicado nos bancos). Um projeto de lei complementar falando só em diretrizes seria compatível com o atual sistema de metas para a inflação, regulado por um decreto do Executivo.

Lisboa diz que é cedo para se definir os prazos dos mandatos a serem propostos. Isso "também vai depender de uma discussão com a sociedade". Mas ele antecipa que devem ser mandatos não coincidentes com o de presidente da República. Os inícios e termos de mandato tampouco seriam iguais para todos os dirigentes. "Precisam ser escalonados para não haver perda de memória na gestão de política monetária", explica o secretário.

Seja qual for o desenho de autonomia proposto, o deputado João Batista Babá (PT-PA) avisa que o governo terá muita dificuldade para conseguir aprovar seu projeto no Parlamento. A ala mais à esquerda do PT, à qual ele pertence, vai trabalhar contra. "As resistências à PEC 53 mostraram que mais de 50% da bancada do partido na Câmara são contrários à autonomia", diz Babá, referindo-se à Proposta de Emenda Constitucional que abre caminho para o projeto do governo, ao alterar o artigo da Constituição que trata do Sistema Financeiro (192). Inquadrada pela ameaça de expulsão, a esquerda do PT só não votou contra a PEC porque ela, por si só, não garante a autonomia do BC, explica o deputado. Na apreciação do projeto, ele acha que nem a ameaça de expulsão vai funcionar.

Babá e outros esquerdistas entendem que fixar mandatos para dirigentes do BC significa tirar poder legitimamente dado ao presidente da República, pelo voto popular, para conduzir a política econômica. Manter o poder do presidente da República de demitir dirigentes do BC a qualquer momento "é questão de soberania nacional", afirma Babá, para quem a autonomia "só interessa ao capital financeiro e ao FMI". O deputado vê contradição na posição do governo, diante das críticas do presidente Lula à autonomia das agências reguladoras de energia e telefonia para decidir reajustes. (M.I.)